

As transformações da paisagem hídrica: a água enquanto objeto de valor simbólico na Baía de Guanabara a partir das revoluções urbanas

ET4: DIMENSÃO HISTÓRICA E PATRIMONIAL DO PROJETO, DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DA PAISAGEM

Victória de Araújo Rutigliani¹

Aline Pires Veról¹

Andrea Queiroz da Silva Fonseca Rego¹

Bruno Luis de Carvalho da Costa¹

¹Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Av. Pedro Calmon, 550, sala 433, Cidade Universitária, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Este trabalho investiga as transformações simbólicas, ambientais e urbanas da paisagem hídrica da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, ao longo da história. O objetivo é analisar como o processo de urbanização impactou a relação entre cidade e água, especialmente no que diz respeito à perda de valor simbólico desse território no imaginário coletivo. Para isso, foi adotado o método histórico-cartográfico, com base em fontes documentais, cartográficas e registros culturais, organizadas em uma linha do tempo evolutiva. A análise é estruturada em torno de três dimensões principais: o valor ambiental, o valor de infraestrutura e o valor patrimonial, cultural e paisagístico da baía. O estudo evidencia como o avanço das lógicas produtivista, especulativa e funcional contribuiu para a marginalização do corpo hídrico, transformando-o em um pano de fundo urbano dissociado da vivência cotidiana da população. A conclusão reforça a necessidade de restabelecer a relação entre sociedade e paisagem hídrica, reconhecendo a Baía de Guanabara não apenas como recurso funcional, mas como elemento simbólico e estruturador do território urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem hídrica; Valor simbólico; Transformações da paisagem; Patrimônio ambiental; Baía de Guanabara.

ABSTRACT

This paper investigates the symbolic, environmental, and urban transformations of the Guanabara Bay water landscape in Rio de Janeiro throughout history. The objective is to analyze how the urbanization process has impacted the relationship between city and water, especially regarding the loss of symbolic value of this territory in the collective imagination. To this end, the historical-cartographic method was adopted, based on documentary, cartographic, and cultural records, organized in an evolutionary timeline. The analysis is structured around three main dimensions: the environmental value, the infrastructure value, and the patrimonial, cultural, and landscape value of the bay. The study highlights how the advancement of productivism, speculative, and functional logics contributed to the marginalization of the water body, transforming it into an urban backdrop dissociated from the daily lives of the population. The conclusion reinforces the need to re-establish the relationship between society and the water landscape, recognizing Guanabara Bay not only as a functional resource but also as a symbolic and structuring element of the urban territory.

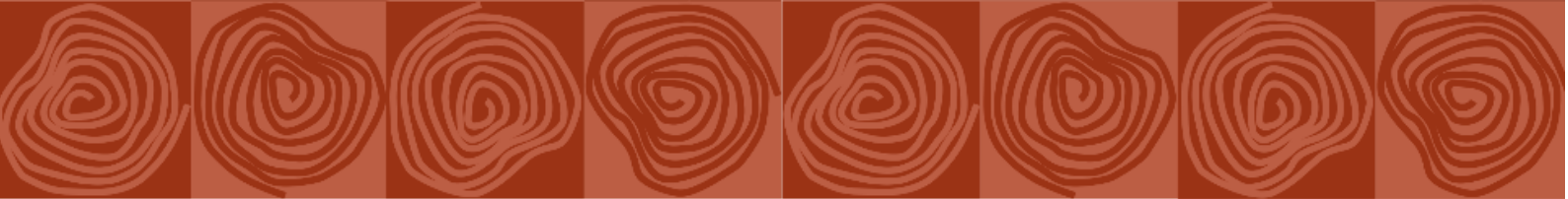
KEYWORDS: Water landscape; Symbolic value; Landscape transformations; Environmental heritage; Guanabara Bay.

1 INTRODUÇÃO

A água é um elemento essencial para a natureza terrestre, desde a escala da biosfera, com a formação dos primeiros microrganismos, até seu papel como bem consumível para sobrevivência de toda vida orgânica. Os seres humanos são essencialmente compostos por água e habitam um planeta cuja superfície é majoritariamente recoberta por água em diferentes estados. Na história das civilizações urbanas, a água proporcionou o desenvolvimento das primeiras cidades a partir dos rios, sendo um agente social, político e econômico (Trindade; Scheibe, 2019). Seria lógico pensar que um componente tão vital e intrínseco à natureza e ao meio de vida do ser humano possui um valor inestimável, e, portanto, tratamento equivalente nas cidades modernas. No entanto, a realidade que se tem hoje demonstra que ocorreu o contrário. O ser humano se apropriou dos corpos hídricos, modificando-os, explorando-os, e manipulando-os de tal forma que estes não são mais reconhecidos no ambiente urbano (Morsh *et al.* 2017; Veról *et al.* 2020), sendo comumente associados à degradação e ao descaso. É diante deste descompasso que surge a questão que pauta este trabalho: Como é possível analisar o valor simbólico da água a partir das transformações da paisagem no decorrer da história moderna?

A paisagem por muito tempo foi entendida como algo contido e separado do ser humano e das dinâmicas sociais. Com o desenvolvimento da Geografia humanista, passa-se a entender a paisagem não como um ponto fixo e imóvel, mas como elemento dinâmico e presente nas relações econômicas, sociais e culturais (Bertrand, 2007). Além disso, a paisagem antecede o ser humano e continuará presente após sua existência. Assume-se, neste trabalho, uma abordagem inspirada na obra de Braudel (2016), baseada na compreensão da multiplicidade do tempo, na valorização da longa duração e na coexistência de diferentes ritmos de mudança. Dessa forma assim como o Mar Mediterrâneo ocupa papel central na análise braudeliana, adota-se a paisagem hídrica da Baía de Guanabara como personagem protagonista, onde se desdobram um sem-número de dinâmicas naturais, sociais, políticas e econômicas, bem como a influência de eventos específicos (Braudiel, 1965). Considera-se, portanto, que é a partir da articulação desses diversos vetores de influência que se torna possível alcançar uma análise holística dessa paisagem.

Se a paisagem é composta por todas as relações internas e externas entre natureza e ser humano, e a água é um componente essencial na constituição física de ambos, as dinâmicas entre ser humano e paisagem hídrica devem ser analisadas. Alain Corbin, em seu livro “O território do vazio” (Corbin, 1989), se debruça sobre as transformações na representação e na relação entre o mar e a sociedade ocidental. Por séculos o mar foi temido pelo ser humano, sendo associado ao perigo, à morte, a catástrofes naturais, e ao castigo divino. Somente a partir do século XVII, com o surgimento da estética do sublime e da teologia natural, começou-se a ver o mar como fonte de beleza, emoção, renovação espiritual e física, passando a ser retratado de forma romântica e terapêutica. No século XIX a praia se torna objeto de desejo das elites europeias, um local de cura e prazer, transformando-se num espaço de ostentação, convivência e distinção social. O litoral passa a abrigar clubes náuticos, hotéis, bondes até a praia, e é associado à modernidade e ao progresso.



Percebe-se que essas transformações estudadas por Corbin são reflexo de grandes mudanças que a sociedade contemporânea atravessou. Lefebvre (2002) não define a cidade como um espaço fixo, mas como um processo dinâmico de transformação da sociedade. A urbanização, para ele, é um processo em curso que afeta toda a sociedade, desde a organização espacial até a consciência coletiva. As transformações possuem natureza diversa, podendo ser bruscas, graduais, violentas ou racionais. Dentre estas, as revoluções urbanas não apenas marcam transições históricas nas formas de organização espacial, como também revelam a dimensão simbólica do espaço urbano enquanto construção social, marcando a mudança do período em que predominam as questões de crescimento e industrialização ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente.

Nesse contexto, o espaço urbano não é apenas um cenário neutro para a vida social, mas também um produto socialmente produzido. As cidades são o resultado das relações sociais, das lutas de classes e das práticas de poder simbólico. Bourdieu (1989) identifica o poder simbólico como uma força invisível, porém eficaz, que naturaliza classificações sociais (de valor, status, prestígio etc.) e legitima desigualdades por meio da aceitação tácita por parte dos dominados, que desconhecem estar sob dominação, levando à interiorização de crenças e valores que perpetuam as relações de dominação. Assim, as transformações urbanas não operam apenas por meio de forças econômicas ou técnicas, mas também por mecanismos simbólicos que moldam a percepção coletiva do que é desejável, legítimo ou moderno. Esse poder de "fazer ver e fazer crer" contribui para a consolidação de determinadas formas de cidade e de paisagem, ao passo que marginaliza outras, perpetuando estruturas de dominação espacial que se apresentam como naturais, quando, na verdade, são historicamente construídas.

A Baía de Guanabara se mostra um local de interesse desde a época pré-colonial brasileira devido às suas características naturais, sendo considerada um “Paraíso terrestre” (Silva, 2024). Com a chegada dos europeus, entra em vigor a lógica do extrativismo, comércio e lucro. Nos séculos seguintes, as dinâmicas políticas e econômicas iniciam um ciclo de degradação acelerada do ecossistema, com diversos aterramentos e despejo de resíduos humanos e industriais. No decorrer da História, a Baía acompanha a evolução da cidade do Rio de Janeiro, se torna um agente articulador de dinâmicas socioeconômicas, uma infraestrutura urbana, e uma paisagem cultural de reconhecimento mundial (Vargas, 2012). Por outro lado, percebe-se que a Baía enquanto corpo hídrico perdeu força na memória e na identidade da população carioca. O longo processo de degradação ambiental resultante da urbanização desordenada, em conjunto com a industrialização acelerada nos últimos séculos, transformou a Baía, antes símbolo de abundância e biodiversidade, à sinônimo de sujidade, perigo e abandono.

Dessa forma, este artigo visa investigar como o desenvolvimento da ocupação urbana impacta diretamente sobre os corpos hídricos, tendo como estudo de caso a Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Tem-se como foco o espelho d’água e seu entorno imediato, incluindo suas ilhas. É fundamental para o estudo discutir também a evolução do valor simbólico da água, fruto desta lógica de ocupação que negligencia a conservação dos ecossistemas naturais. A Baía de Guanabara, nesse cenário, é mais do que um espaço físico impactado por dinâmicas de urbanização: ela é também um espelho das disputas de valor, pertencimento e visibilidade que permeiam a produção do espaço urbano e o tratamento da paisagem hídrica ao longo do tempo.

2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Propõe-se um método histórico-cartográfico como forma de analisar a relação entre a ocupação urbana e a paisagem hídrica da Baía de Guanabara ao longo do tempo. Para isso, a pesquisa se organiza em três etapas, complementares entre si.

A primeira consiste na estruturação de uma linha do tempo evolutiva que articula três dimensões principais: a formação da paisagem hídrica da Baía de Guanabara, os marcos das revoluções urbanas que conformam a história da cidade do Rio de Janeiro e os dados obtidos em fontes históricas, bases ambientais e urbanas, bem como cartografia própria. Essa linha do tempo busca evidenciar a transformação do estuário em função dos processos urbanos e tecnológicos.

A segunda etapa é dedicada à análise crítica do valor simbólico, ambiental e funcional da água ao longo dessas transformações. Aqui, examina-se o rebatimento de como a água é percebida, utilizada e representada nos diferentes períodos históricos, assim como gera uma variação no valor percebido em diferentes trechos da orla.

Por fim, a terceira etapa se volta à discussão de projeções de futuro, a partir da leitura de fontes históricas, científicas ou culturais, com o objetivo de identificar narrativas que apontem para possíveis cenários de recomposição ou agravamento da situação ambiental e simbólica da Baía. Esse percurso permite analisar como o passado molda o presente e influencia as perspectivas de futuro para a paisagem hídrica urbana.

3 RESULTADOS

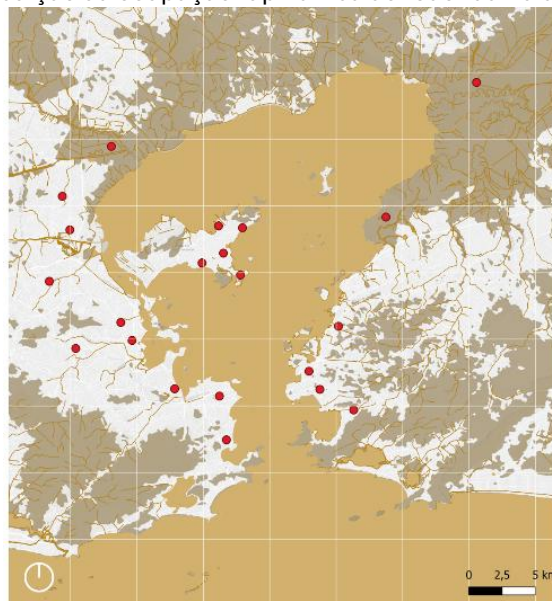
3.1 Análise temporal

No período do Brasil colonial, a Baía de Guanabara passou por profundas transformações em sua ocupação, função e representação. Antes da chegada portuguesa, os povos tupinambás estabeleceram-se ao longo dos riachos e do recôncavo (Figura 1), vivendo de forma integrada ao ecossistema diversificado da Baía e mantendo uma relação equilibrada com o meio ambiente, baseada na propriedade coletiva e no uso sustentável dos recursos naturais (Vargas, 2012).

A partir de 1550, com o processo de territorialização estratégica da colonização portuguesa, a Baía assume papel central no controle militar, religioso e administrativo, materializado na fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e na construção de fortes, igrejas, conventos, engenhos e aldeamentos, configurando um tripé de dominação apoiado nos morros do Castelo, Santo Antônio e São Bento (Carvalho, 1996). As representações cartográficas dos séculos XVI e XVII reforçam esse caráter utilitário e totalizador, enquanto, no século XVIII, plantas e vistas produzidas por Jean Massé (1713) e Jacques Funck (1768), assim como as obras de Leandro Joaquim, introduzem uma sensibilidade estética que valoriza a paisagem e articula vida urbana e natureza (Carvalho, 1996). Nesse mesmo período, a Baía torna-se palco de importantes intervenções urbanas, como o aterramento da lagoa do Boqueirão para construção do Passeio Público e a reurbanização do Largo do Carmo, promovidas por Luís de Vasconcelos e Sousa (Carvalho, 2014). Com a chegada da Corte Portuguesa em 1808 e a abertura dos portos, a Baía de Guanabara se consolida como elo fundamental entre a colônia e o comércio internacional,

ampliando seu papel funcional no território e intensificando as dinâmicas urbanas e representações simbólicas da região (Carvalho, 1996).

Figura 1: Distribuição da ocupação tupinambá ao redor da Baía de Guanabara



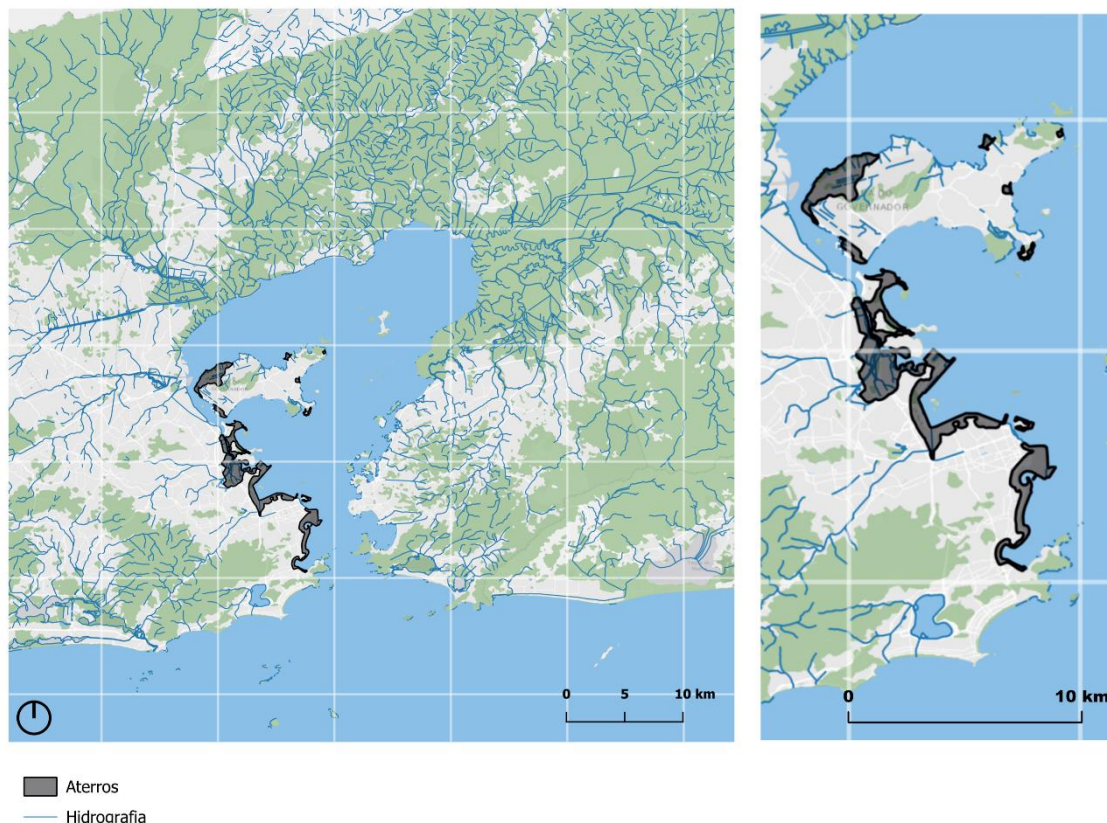
Fonte: Desenvolvido pela autora (2025) a partir de Silva (2024).

Após o rompimento com a corte portuguesa, o Rio de Janeiro enfrentou rápido crescimento demográfico sem avanços equivalentes em higiene urbana, agravando desigualdades mesmo após a criação do “Município Neutro” em 1834, que fragmentou a Baía entre Rio de Janeiro, Niterói e o “Fundo da Baía”, enquanto a implantação da rede ferroviária deslocou seu papel econômico e tornou obsoleto o sistema de comunicação fluvial (Carvalho, 1996). Nesse período, seus espaços litorâneos passaram a assumir funções contrastantes: Paquetá, Ilha do Governador e Charitas reforçaram um imaginário bucólico, enquanto áreas como Ponta de Areia, Saúde e Gamboa se industrializaram, revelando a tensão entre natureza, urbanização e representações nacionalistas influenciadas pela Missão Artística Francesa; paralelamente, persistiam problemas sanitários agravados pelo despejo de esgoto a céu aberto e pela precariedade dos serviços da *The Rio de Janeiro City Improvements Company Limited* (Vargas, 2012), empresa responsável pelo saneamento naquela época.

Com a Proclamação da República (1889) e, sobretudo, com as reformas urbanas de Pereira Passos (1902–1906), a Baía foi profundamente remodelada pelo discurso higienista e pela abertura de eixos monumentais, como a Avenida Central, enquanto grandes intervenções geográficas, incluindo o aterramento de cerca de 5 km² para a implantação do porto moderno (Alencar, 2021), a canalização do mangue da Cidade Nova e a criação da estação das barcas entre Praça Araribóia e Praça XV (Robadey, 2022), afastaram a população da linha d’água e transformaram a orla em infraestrutura. Na primeira metade do século XX, consolidou-se uma lógica de domínio técnico sobre a paisagem: o desmonte dos morros do Castelo (1920–1922) e de Santo Antônio (1950), a construção do Aeroporto Santos Dumont (1936), os aterros que viabilizaram o Aeroporto Internacional Tom Jobim e a Cidade Universitária (1952) e o Parque do Flamengo (1965), redefiniram profundamente o contorno natural da Baía, como sintetizado na Figura 2, substituindo curvas naturais por superfícies artificiais (Carvalho, 2014).

Durante a Ditadura Militar, essa lógica se intensificou com remoções massivas em áreas valorizadas, a ampliação da malha viária, como a Perimetral e o Elevado Paulo de Frontin, e intervenções, como o aterramento da Praia Grande, em Niterói (1970), e a construção da Ponte Rio–Niterói (1968–1974), além da fusão dos estados e da instalação do aterro de Jardim Gramacho (1976), reforçando a fragmentação funcional do território e reduzindo a Baía de Guanabara a uma rede de conexões utilitárias, dissociada de sua integração histórica entre cidade e sítio natural (Carvalho, 1996; Robadey, 2022; Bernardino; Franz, 2016).

Figura 2: Aterros na orla da Baía de Guanabara no século XX



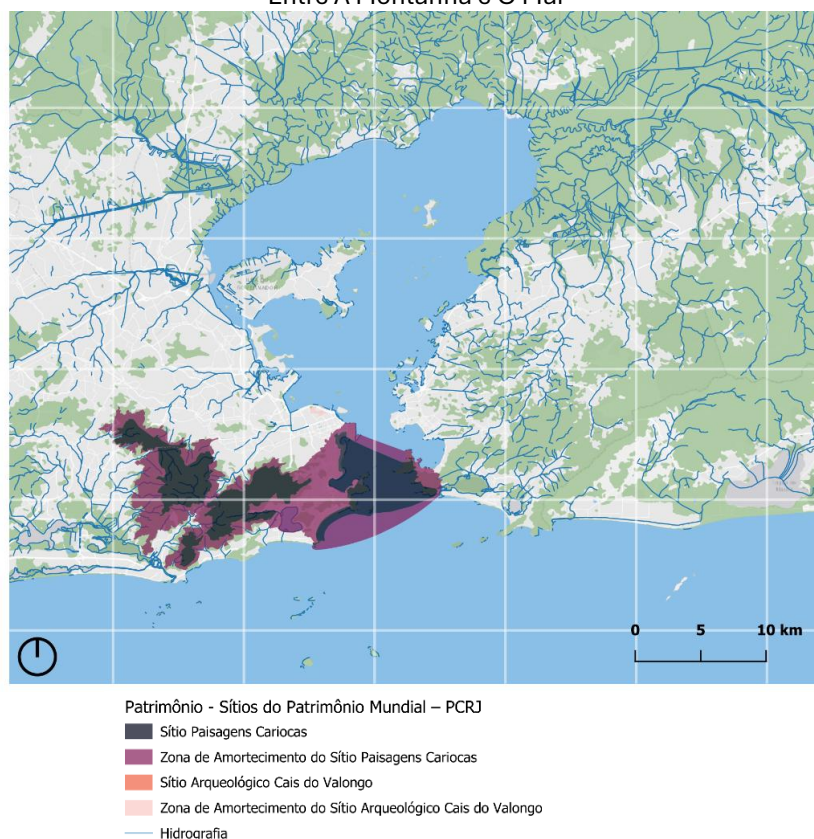
Fonte: Desenvolvido pela autora (2025) a partir de Arquivo Nacional (1794).

A partir da Rio-92, a Baía de Guanabara passou a ocupar posição central nas agendas ambientais globais e nacionais, influenciando políticas públicas voltadas à recuperação ecológica e ao redesenho funcional de seu entorno. Em 1994, foi lançado o “Programa de Despoluição da Baía de Guanabara”, considerado o maior conjunto de obras de saneamento do estado do Rio de Janeiro, com meta de tratar 80% dos efluentes despejados na Baía (Mascarenhas; Oliveira; Pontes, 2017), acompanhado por iniciativas, como a criação da APA do Rio Macacu (2002) e o estabelecimento do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara (2005), embora desafios institucionais, como baixa legitimidade e limitações técnicas, tenham comprometido sua efetividade (Santos, 2016; Trindade; Scheibe, 2019). Medidas pontuais também buscaram enfrentar pressões ambientais persistentes, como o projeto Ecobarreira (2004), voltado à retenção do lixo flutuante (Bernardino, 2016), enquanto a descoberta do pré-sal em 2006 redefiniu profundamente a função da Baía ao transformá-la em área de testes e suporte logístico para a exploração *offshore*, ampliando estaleiros, terminais e bases operacionais e intensificando disputas por uso, com consequente degradação ambiental (Alencar, 2021).

Com a escolha do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016, investimentos bilionários foram direcionados aos chamados “Jogos Verdes”, mas muitas metas, sobretudo as relativas à despoluição da Baía, não se concretizaram (Mascarenhas; Oliveira; Pontes, 2017), como revela o Relatório de Sustentabilidade dos Jogos Olímpicos (Bernardino; Franz, 2016; Rio2016, 2014). Em 2012, a Rio+20 reforçou o caráter revisional das conferências ambientais anteriores (Guimarães; Fontoura, 2012), e levou ao reconhecimento do conjunto paisagístico que inclui sítios e zonas de amortecimento como Patrimônio Mundial Cultural e Natural pela UNESCO, cuja delimitação consta na Figura 3. A proposta formal foi intitulada “Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar”, e este marco consolidou internacionalmente a singularidade da integração entre natureza e urbanidade presentes na cidade do Rio de Janeiro.

Nos anos seguintes, megaeventos, como a Copa de 2014 e os Jogos de 2016, reforçaram a lógica da “cidade-evento”, porém com entregas incompletas e ausência de legados estruturantes, sobretudo em relação às questões sanitárias, cenário que apenas começou a se reorientar com o Novo Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020), que estabeleceu a meta de universalizar a coleta e o tratamento de esgoto até 2033, recolocando a gestão hídrica e a recuperação da Baía de Guanabara como prioridades.

Figura 3: Delimitação do Patrimônio Mundial Cultural e Natural: Rio de Janeiro, Paisagens Cariocas Entre A Montanha e O Mar



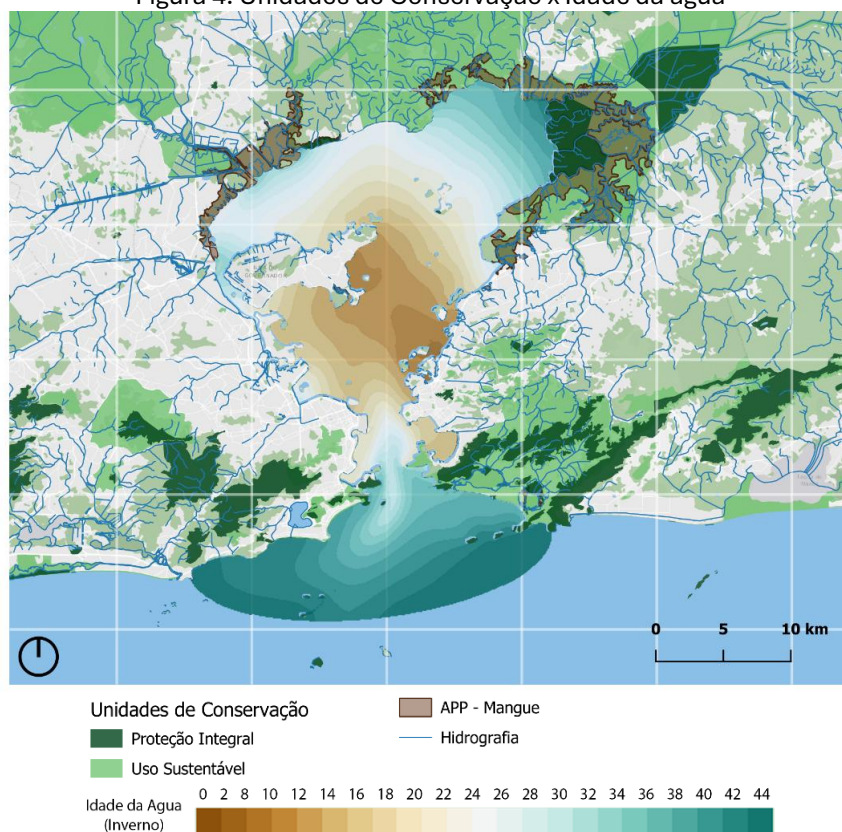
Fonte: Desenvolvido pela autora (2025) a partir de IPP (2021).

Os impactos do lixo flutuante na Baía de Guanabara são amplos e profundos, comprometendo tanto o funcionamento do ecossistema quanto as atividades humanas. Entre os principais danos observa-se a obstrução de atividades náuticas, o aumento do risco para o tráfego aéreo devido à atração de urubus, o sufocamento de mudas de manguezais por plásticos e o aumento do assoreamento, afetando diretamente

pescadores, aquicultores e marisqueiros que enfrentam a escassez de espécies (Bernardino, 2016). Segundo Abrelpe (2022), cerca de 98 toneladas de resíduos sólidos são despejados diariamente na baía, agravando um cenário já pressionado pela presença de embarcações abandonadas, o chamado “Cemitério de Navios”, que oferecem risco de vazamento de óleo; em 2023, uma força-tarefa estadual conseguiu remover apenas cinco das 51 embarcações previstas (Extra, 2023). Mesmo após mais de três décadas do “Programa de Despoluição da Baía de Guanabara”, apenas 45% do esgoto recebe tratamento, enquanto cerca de 18 mil litros por segundo de esgoto *in natura* ainda são lançados nas águas (Alencar, 2021; G1, 2015), revelando a gravidade da degradação ambiental.

A Figura 4 ilustra a sobreposição das unidades de conservação do entorno da Baía com a camada de “idade da água” desenvolvida por Rosman (2017), evidenciando padrões de renovação hídrica: a região central, entre a Ilha do Governador, Ilha do Fundão e São Gonçalo, apresenta as águas mais velhas e menos renovadas; o setor norte, abrangendo Magé e Guapimirim, apresenta águas mais jovens; e a área próxima à embocadura, entre Centro, Zona Sul e Niterói, sofre influência constante do mar. Esses padrões ajudam a explicar os dados do INEA (2021), segundo os quais a Ilha do Governador apresenta, ao longo de uma série histórica, que considera de 2008 a 2023, os piores índices de balneabilidade, com cinco de suas doze praias registrando 0% de boletins positivos. Apesar desse cenário crítico, estudos apontam que a Baía permanece um ecossistema vivo, onde ainda se encontram golfinhos, cavalos-marinhos, tartarugas e arraias, com destaque para a APA do Rio Macacu representada como o principal bolsão de biodiversidade nativa (Alencar, 2021).

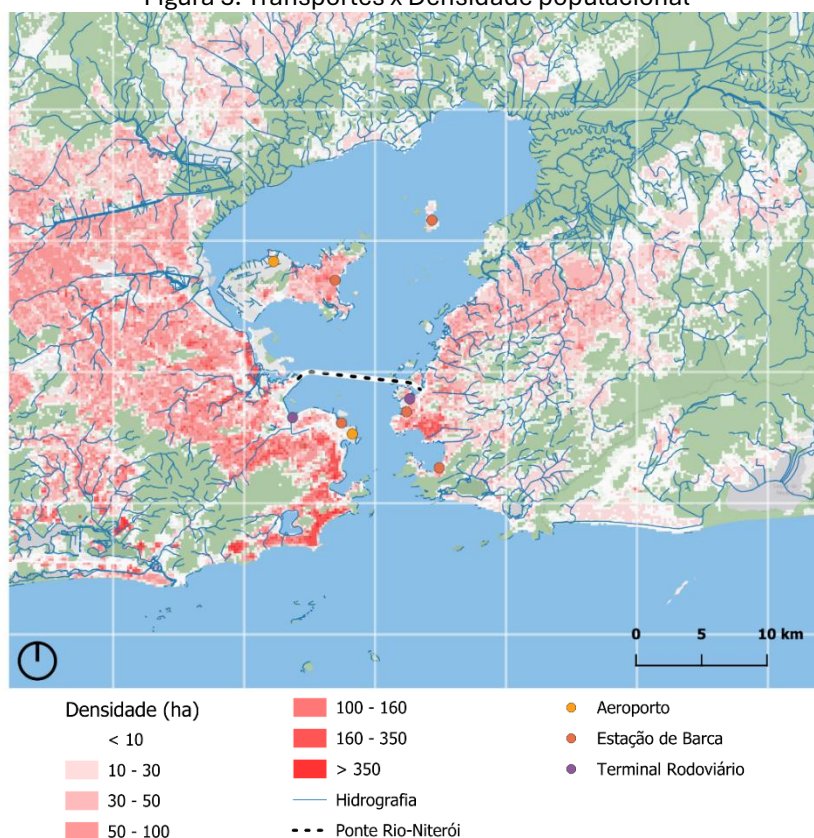
Figura 4: Unidades de Conservação x Idade da água



Fonte: Desenvolvido pela autora (2025) a partir de Inea (2021) e Rosman (2017).

A Figura 5 apresenta um mapa de densidade populacional e as principais infraestruturas de mobilidade do entorno da Baía de Guanabara, revelando seu papel como polo estratégico em escala nacional. A presença de cinco estações de barcas em operação, dois aeroportos, dois terminais rodoviários e da Ponte Rio-Niterói transforma a Baía em eixo fundamental de circulação. No entorno imediato, as áreas de maior concentração populacional variam significativamente em perfil socioeconômico: os bairros de alto padrão concentram-se na chamada “boca de entrada” da Baía, dentro do perímetro patrimonial, incluindo Copacabana, Botafogo, Flamengo, Glória e Icarai; já as regiões de menor renda situam-se fora desse perímetro, como o Complexo da Maré, que apresenta uma das maiores densidades habitacionais da área, chegando a 314 domicílios por hectare.

Figura 5: Transportes x Densidade populacional



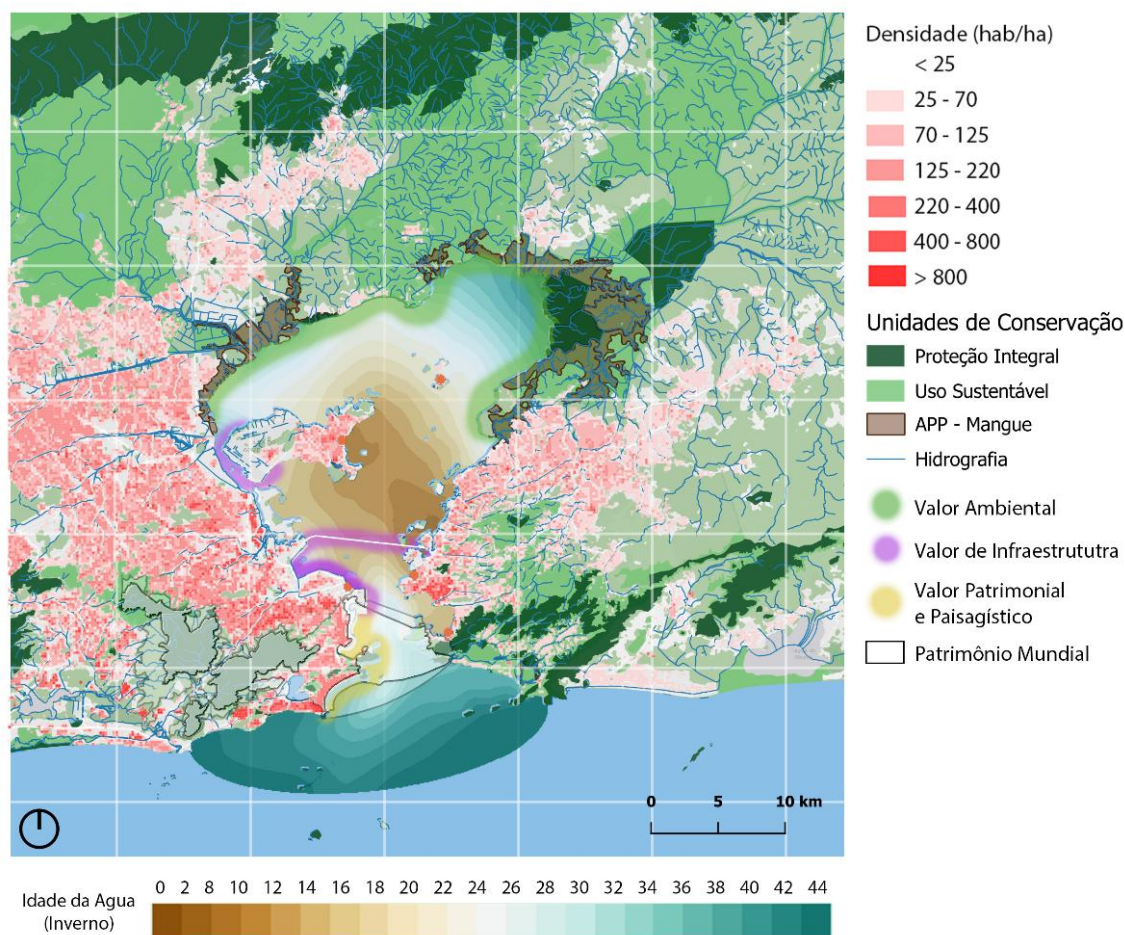
Fonte: Desenvolvido pela autora (2025) a partir de IBGE (2022).

3.2 Valores da Paisagem

A análise histórica temporal permite identificar padrões e compreender o valor simbólico atribuído à Baía de Guanabara a partir de três dimensões centrais: o valor ambiental, o valor como infraestrutura e o valor patrimonial, cultural e paisagístico. No âmbito ambiental, a Baía foi inicialmente concebida pelos tupinambás como um verdadeiro “paraíso na Terra”, um território de águas límpidas, abundância ecológica e convivência equilibrada com a natureza. Esse valor, entretanto, foi progressivamente depreciado pelo avanço da ocupação urbana e pela lógica extrativista dos colonizadores, marcada pelo desmatamento e pelo despejo de esgoto *in natura*. Hoje, o valor ambiental sobrevive de forma residual na “zona de fundo” (Figura 6), onde pequenos trechos de manguezais legalmente protegidos permanecem isolados da experiência cotidiana da população. A desvalorização ambiental reflete um processo de naturalização simbólica, nos termos de

Pierre Bourdieu (1989), no qual práticas associadas ao progresso e à racionalidade técnica se legitimam, enquanto saberes tradicionais e a preservação ecológica tornam-se invisibilizados, afastando a Baía de seu papel de território vivo e sensível.

Figura 6: Valores da Paisagem na Baía de Guanabara



Fonte: Desenvolvido pela autora (2025) a partir de IBGE (2022), Inea (2021), IPP (2021) e Rosman (2017).

Quanto ao valor de infraestrutura, a Baía de Guanabara sempre desempenhou papel estratégico na organização territorial. No período pré-colonial, seu sistema natural de águas e rios formava uma matriz de circulação essencial às populações indígenas. Com a colonização, a Baía tornou-se suporte dos sistemas de defesa e o principal eixo comercial da colônia, concentrando trocas econômicas e garantindo a articulação do território. Já no período republicano, e ao longo do século XX, grandes intervenções, como portos, vias expressas e estruturas de transporte em larga escala (Figura 6), intensificaram sua função como infraestrutura metropolitana. Ao mesmo tempo em que a Baía se consolidava como símbolo de progresso e modernidade, usos comunitários e tradicionais foram sendo marginalizados, reforçando uma leitura funcional e tecnocrática do território, que perdura até hoje.

No que se refere ao valor patrimonial, cultural e paisagístico, a Baía de Guanabara adquire centralidade simbólica a partir do período imperial, quando o Rio de Janeiro se transforma em capital e ícone da paisagem brasileira. A imagem da cidade, construída entre montanhas e mar, passou a compor uma narrativa estética que articula natureza, cultura

e identidade nacional, associada ao cartão-postal do Rio de Janeiro moderno. Esse processo culminou no reconhecimento da cidade pela UNESCO como Patrimônio Mundial Cultural e Natural. Contudo, esse valor patrimonial permanece direcionado sobretudo à paisagem cênica, à vista panorâmica que molda o imaginário coletivo, raramente incorporando o corpo hídrico da Baía em sua dimensão vivida. Assim, a Baía de Guanabara é celebrada como imagem consagrada e monumentalizada, mas dissociada da experiência cotidiana e funcional da população, reforçando uma hierarquia simbólica que privilegia o olhar distante em detrimento do vínculo territorial efetivo.

3.3 Projeções de futuro

Esta seção propõe uma reflexão sobre os futuros possíveis da Baía de Guanabara, examinando como o valor da água e da paisagem hídrica pode ser ressignificado à luz das novas sensibilidades ambientais, das narrativas cinematográficas e das projeções cartográficas. Enquanto os filmes sugerem cenários distópicos ou de reconciliação entre cidade e natureza, as cartografias revelam tendências de vulnerabilidade e adaptação, permitindo imaginar modelos alternativos de coexistência. Ao articular essas linguagens, busca-se discutir quais futuros são possíveis e desejáveis para a baía, destacando a necessidade de revalorizar simbolicamente e territorialmente a água como elemento estruturante do território urbano.

Figura 7: Paisagem do Rio de Janeiro em 2096



Fonte: Uma História de Amor e Fúria (2013). Diretor: Luiz Bolognesi.

O filme “Uma História de Amor e Fúria” (2013), de Luiz Bolognesi, projeta um Rio de Janeiro em 2096, dividido entre uma elite que vive isolada em arranha-céus, com acesso exclusivo à água potável, e uma população pobre confinada aos remanescentes submersos da cidade, exposta à água tóxica do mar (Figura 7). Embora ficcional, o enredo dialoga diretamente com questões reais, como a escassez de água doce, a contaminação dos corpos hídricos e a privatização de bens essenciais, ilustradas pela fala sobre a valorização da água do Aquífero Guarani.

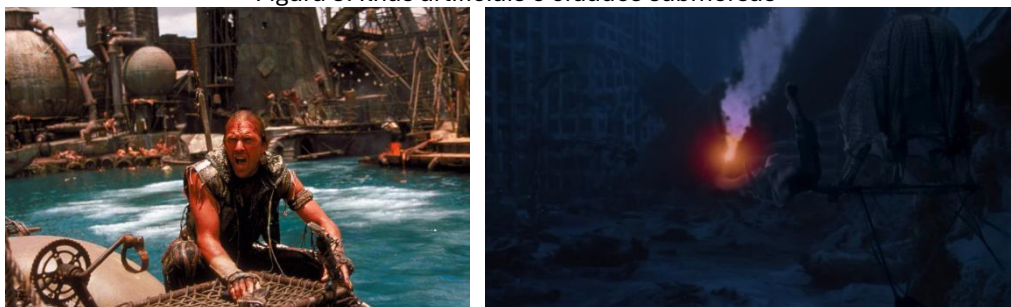
“Meia dose de água é mais caro que a garrafa do uísque escocês. É por isso que a água do aquífero Guarani, a maior reserva de água doce do planeta, já não cai mais na torneira dos brasileiros. É vendida pela Aquabrás a peso de ouro nas plantações de etanol, e exportada para o mundo inteiro. Quanto mais diminui a calota polar, mais disparam as ações da Aquabrás. Enquanto isso, o pessoal ‘lá embaixo’ está bebendo água do mar contaminada com lixo industrial” (fala dita pelo personagem principal).

Em 2010, a ONU reconheceu o acesso à água potável e ao saneamento como direito humano, reforçando a necessidade de reduzir desigualdades. No entanto, estudos sobre a segurança hídrica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sobretudo em relação ao Sistema Guandu, mostram que riscos não climáticos, como poluição de mananciais, dependência da Bacia do Paraíba do Sul e falhas de manutenção, continuam ameaçando

o abastecimento (Formiga-Johnsson; Britto, 2020; Santos, 2016). Essa fragilidade torna verossímeis os futuros distópicos do filme, caso não haja avanços estruturais na gestão pública da água.

A relação entre paisagem hídrica e sobrevivência também é central em “*Waterworld*” (1995), filme de Kevin Reynolds, que imagina um planeta quase totalmente submerso pelo derretimento das calotas polares, onde populações vivem em barcos ou ilhas artificiais (Figura 8). A obra ecoa os riscos enfrentados pelas zonas úmidas costeiras, como as da Baía de Guanabara, já pressionadas por alterações hidrológicas, poluição e ocupação intensiva (Filgueras; Silva; Corrêa, 2024). As projeções do IPCC (2013) estimam que o nível médio do mar pode subir entre 0,19 m e 1,90 m até 2100, afetando especialmente estuários urbanos densamente ocupados, com riscos de submersão permanente, erosão, intrusão salina e destruição de infraestruturas essenciais (Ventura; Sousa; Fernandes, 2017). Preservar zonas úmidas e planejar a expansão futura de manguezais tornam-se, portanto, medidas fundamentais para garantir estabilidade costeira e qualidade de vida (Filgueras; Silva; Corrêa, 2024).

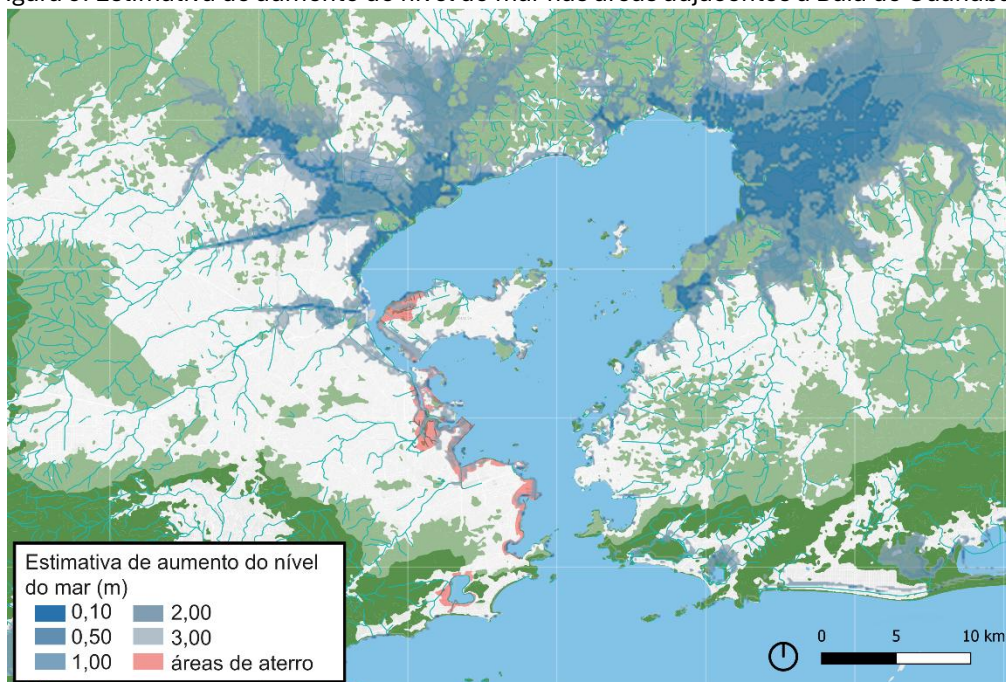
Figura 8: Ilhas artificiais e cidades submersas



Fonte: *Waterworld* (1995). Diretor: Kevin Reynolds.

As mudanças climáticas, que surgiram como pauta de futuro na Rio-92, configuram hoje uma realidade concreta marcada por secas, ondas de calor, escassez de água e eventos extremos recorrentes. A projeção de aumento do nível do mar, elaborada pelo Climate Central (2025), indica que a região de fundo da Baía, caracterizada por baixadas, será uma das mais impactadas (Figura 9), aproximando os cenários dos filmes de possibilidades reais. Assim, tanto na ficção quanto nas projeções cartográficas, a água se torna elemento estruturante da vida urbana: insumo vital, paisagem transformada e, em situações extremas, instrumento de poder e desigualdade.

Figura 9: Estimativa de aumento do nível do mar nas áreas adjacentes à Baía de Guanabara



Fonte: Adaptado pela autora a partir de Climate Change (2025).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Baía de Guanabara revela uma paisagem profundamente marcada por processos de dominação e apagamento simbólico. O que antes era visto como paraíso natural e fonte de vida, foi sendo transformado em pano de fundo cênico, explorado por políticas urbanas que priorizam o progresso técnico, a monumentalidade e a lógica do espetáculo.

Essa mudança de percepção não é neutra: ela reflete o poder simbólico descrito por Bourdieu, no qual certas representações e usos do território são naturalizados como legítimos, enquanto outros, como os saberes tradicionais e a convivência sensível com a natureza, são invisibilizados. A paisagem hídrica da baía, portanto, materializa desigualdades e exclusões que vão além da infraestrutura: ela expressa uma ordem simbólica que legitima o abandono ambiental e o distanciamento da população em relação a esse bem comum.

A análise dos valores da paisagem mostra que, ao mesmo tempo em que a baía ainda é valorizada como infraestrutura e patrimônio cênico, seu valor ambiental e cultural vivido foi progressivamente enfraquecido. A cidade se molda à imagem da baía como vitrine, mas recusa sua essência como espaço de pertencimento. Mesmo diante de políticas, como a Agenda 21 e os programas de despoluição, os avanços são tímidos frente à crise climática. A lógica da “cidade-evento”, impulsionada desde a Rio-92, prioriza a imagem em detrimento da transformação estrutural.

Dessa forma, é urgente repensar a relação com a paisagem hídrica da Baía de Guanabara, reconhecendo-a não apenas como recurso ou imagem, mas como território vivo. Isso exige políticas que valorizem a gestão participativa, a justiça socioambiental e a ressignificação da água como bem simbólico, vital e coletivo.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi apoiado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) [E-26/204.443/2024]; e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil - CAPES [88887.153886/2025-00]. Os autores também agradecem à Cátedra UNESCO de Drenagem Urbana em Regiões de Baixada Costeira da Universidade Federal do Rio de Janeiro, à qual esta pesquisa está vinculada.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Emanuel. **Baía de Guanabara: descaso e resistência**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Mórula : Fundação Heinrich Böll, 2021.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Plano de Uma Parte da Baía do Rio de Janeiro, que Compreende a Cidade de São Sebastião, Todas as Fortalezas, e Baterias, que Defendem a Sua Entrada, e Circuito da Cidade, Feito Por Ordem do Conde de Rezende, Vice Rey do Estado do Brasil. Em 1794**. Rio de Janeiro, 1794. 1:15.000. Disponível em: https://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_f2/0/map/0348/br_rjanrio_f2_0_map_0348_d0001de0001.pdf . Acesso em: 15 dez. 2025

BERNARDINO, Dandara; FRANZ, Barbara. **Lixo flutuante na Baía de Guanabara: passado, presente e perspectivas para o futuro**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, [S. l.], v. 38, 2016. DOI: 10.5380/dma.v38i0.47024. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/47024>. Acesso em: 15 dez. 2025

BERTRAND, Georges. **Uma geografia transversal e de travessia: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Organizador Messias Modesto dos Passos. Maringá: Massoni, 2007.

BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais: a longa duração**. Revista de História, São Paulo, v. 30, n. 62, p. 261–294, 1965. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1965.123422. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422>. Acesso em: 15 dez. 2025

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II**. 2. v. São Paulo: EDUSP, 2016.

CARVALHO, Amanda Lima dos Santos. **O Rio de Janeiro a partir da chegada da Corte Portuguesa: planos, intenções e intervenções no século XIX**. Paranoá, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 54–63, 2014. DOI: 10.18830/issn.1679-0944.n13.2014.12047. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/10834>. Acesso em: 15 dez. 2025

CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro De. **BAÍA DE GUANABARA: OS ITINERÁRIOS DA MEMÓRIA**. Revista USP, São Paulo, Brasil, n. 30, p. 156–169, 1996. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i30p156-169. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/25915>. Acesso em: 15 dez. 2025

Climate Central. **Coastal Risk Finder**. [S. l.]: Climate Central, 2025. Disponível em: <https://app.climatecentral.org/coastal-risk-finder> . Acesso em: 15 dez. 2025

CORBIN, Alain. **Território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras. 1989

EXTRA. **Força-tarefa inicia retirada de mais cinco embarcações e carcaças abandonadas na Baía de Guanabara**. Rio de Janeiro, 29 jun. 2023. Disponível em: <https://extra.globo.com/rio/noticia/2023/06/forca-tarefa-inicia-retirada-de-mais-cinco-embarcacoes-e-carcacas-abandonadas-na-baia-de-guanabara.ghtml>. Acesso em: 15 dez. 2025

FILGUERAS, André Schmidt; SILVA, Tatiana Silva da.; CORRÊA, Iran Carlos Stalliviere. **Impactos do Aumento do Nível do Mar e Ocupação do Solo sobre Zonas Úmidas Costeiras: Metodologia Aplicada à Baía da Babitonga (SC)**. Sociedade & Natureza, v. 36, p. e69403, 2024. Acesso em: 15 dez. 2025

FORMIGA-JOHNSON Rosa Maria; BRITTO, Ana Lucia. **Water security, metropolitan supply and climate change: some considerations concerning the Rio de Janeiro case**. Ambiente & Sociedade, v. 23, p. e02071, 2020. Acesso em: 15 dez. 2025

G1. **Estudo feito por fundação alemã mostra que Baía da Guanabara recebe 18 mil litros de esgoto por segundo**. 11 ago. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social/post/estudo-feito-por-fundacao-alema-mostra-que-baia-da-guanabara-recebe-18-mil-litros-de-esgoto-por-segundo.html>. Acesso em: 15 dez. 2025

GUIMARÃES, Roberto Pereira; FONTOURA, Yuna Souza dos Reis da. **Rio+20 ou Rio-20?: crônica de um fracasso anunciado**. Ambiente & Sociedade, 15(3), 19–39. 2012. Acesso em: 15 dez. 2025

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2022**. Acesso em: 15 dez. 2025

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (INEA). **GeoINEA**. Rio de Janeiro, 2021. Acesso em: 15 dez. 2025

INSTITUTO PEREIRA PASSOS (IPP). **Data.Rio**. Rio de Janeiro, 2021. Acesso em: 15 dez. 2025

LEFEBVRE, Henry. **A revolução urbana**. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG. 2004

MASCARENHAS, Gilmar; OLIVEIRA, Leandro de Dias; PONTES, Jeferson Alexandre Pereira. **"A Baía de Guanabara não é um Tema Olímpico"**. [S.l.], n. 10, p. 69-86, jul. 2017. ISSN 2317-8825. Disponível em: <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/122> . Acesso em: 15 dez. 2025

MORSCH, Maiara Roberta Santos; MASCARÓ, Juan José; PANDOLFO, Adalberto. **Sustentabilidade urbana: recuperação dos rios como um dos princípios da infraestrutura verde**. In: Ambiente Construído. V. 17, no. 4, 2017. (p. 305-321). Acesso em: 15 dez. 2025

Rio 2016. **Abraçando mudanças Relatório de Sustentabilidade Rio 2016**. Rio de Janeiro: Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, 2014. Disponível em: https://library.olympics.com/Default/doc/SYRACUSE/172949/abracando-mudancas-relatorio-de-sustentabilidade-rio-2016-comite-organizador-dos-jogos-olimpicos-e-p?_lg=en-GB . Acesso em: 15 dez. 2025

ROBADEY, Victória Ferreira Robadey. **As Paisagens Sonoras de Niterói na Orla da Baía de Guanabara, RJ**. Dissertação (Mestrado), PROARQ/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2022.

ROSMAN, P. C. C.; SANTOS, A. L. F.; JIMÉNEZ, A.; ROSMAN, P. A. Relatório Baía de Guanabara. Projeto Baías do Brasil. COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://www.baiasdobrasil.coppe.ufrj.br/assets/relatorios/rel_baia_guanabara.html#9 . Acesso em: 15 dez. 2025

SAMPAIO, Nádia; VARGAS, Maria Augusta Mundim. **As paisagens do Rio Pardo desvendada pela comunidade Ribeirinha no Sudoeste da Bahia:** Conversações entre o percebido e o vivido - DOI 10.5216/ag.v4i12.12789. Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 4, n. 4, p. 147–177, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/16669>. Acesso em: 15 dez. 2025

SANTOS, Bianca Borges Medeiros. **Water security in the metropolitan region of Rio de Janeiro:** contributions to the debate. Ambiente & Sociedade, v. 19, n. 1, p. 103–120, jan. 2016. Acesso em: 15 dez. 2025

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem.** 5ª edição. São Paulo: EDUSP, 2007.

SILVA, Rafael Freitas da. **O Rio antes do Rio.** 6ª edição. Minas Gerais: Relicário, 2024.

Uma História de Amor e Fúria. Direção: Luiz Bolognesi. Gullane Filmes: Brasil. 2013

TRINDADE, Larissa De Lima.; SCHEIBE, Luiz Fernando. **WATER MANAGEMENT: CONSTRAINTS TO AND CONTRIBUTIONS OF BRAZILIAN WATERSHED MANAGEMENT COMMITTEES¹.** Ambiente & Sociedade, v. 22, p. e02672, 2019. Acesso em: 15 dez. 2025

VARGAS, Liliana Angel. **BAÍA DE GUANABARA: A ORIGEM DE UM BELO E CONTURBADO CARTÃO POSTAL DO RIO DE JANEIRO, E UM DESAFIO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL.** REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, [S. l.], v. 21, 2012. Acesso em: 15 dez. 2025

VENTURA, Clara; SOUSA, João; FERNANDES, André. **Os estuários e as alterações climáticas:** impactes da subida do nível médio das águas do mar em Vila Franca de Xira. GOT, Porto , n. 11, p. 327-350, jun. 2017 . Acesso em: 15 dez. 2025

VERÓL, Aline Pires; LOURENÇO, Ianic Bigate; FRAGA, João Paulo Rebechi; BATTEMARCO, Bruna Peres; MERLO, Mylenna Linares; MAGALHÃES, Paulo Canedo de; MIGUEZ, Marcelo Gomes. **River restoration integrated with sustainable urban water management for resilient cities.** Sustainability, v. 12, n. 11, p. 4677, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su12114677> . Acesso em: 15 dez. 2025

Waterworld. Direção: Kevin Reynolds. 1995